



MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL – MIEIB/SUL (1999-2014): PRINCÍPIOS, PROPOSTAS, LUTAS E CONQUISTAS

Camila Maria Bortot (PIC/CNPq/UEM),
Ângela Mara de Barros Lara (DFE/PPE/UEM), e-mail:
angelalara@ymail.com

Educação e Políticas educacionais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação Infantil, MIEIB.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as propostas do MIEIB/Sul, frente às políticas educacionais para a Educação Infantil no Brasil e justifica-se pela importância de verificar como um Movimento Social está articulado na defesa de políticas públicas para a educação infantil e articula discussões e documentos a fim de contribuir com estas políticas. Desta forma, esta pesquisa tem cunho bibliográfico e documental, onde foram analisadas cartas e elencadas as seguintes categorias: Obrigatoriedade da criança de 04 anos no ensino básico; Financiamento da Educação Infantil; Ênfase na Educação Infantil de 0 a 3 anos; Interferência do setor privado na educação. Constatamos que estas categorias dialogam ao longo da análise, pois é preciso acesso, qualidade, não prejuízo de vagas de 0 a 3 anos, financiamento necessário e a interferência atual das parceiras público e privado na educação, também fortemente presente na educação infantil. São temáticas específicas, mas que se inter-relacionam para a efetivação da educação infantil, e se, não forem efetivadas, as ações da educação infantil precisam ser melhoradas, como percebemos, pois, é um debate constante em todas os documentos analisados.

Introdução

Trataremos nesta investigação sobre um Movimento Social ligado a militância na educação infantil, denominado Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB. Ele se caracteriza como um Movimento por promover ações coletivas organizada, cujo objetivo é promover mudanças sociais por meio de uma política (PASQUINO, 2004). Assim, nosso objetivo é analisar as propostas do MIEIB, na região Sul, frente às políticas educacionais para a Educação Infantil no Brasil. Justifica-se pela importância de verificar como um Movimento Social está articulado na defesa de políticas públicas para a educação infantil e articula discussões e documentos a fim de contribuir com estas políticas, visando sempre o atendimento, acesso e qualidade desta fase do ensino. Destarte, o MIEIB é uma política que vem ao encontro desta perspectiva, reconhecida em nível



nacional e tem representantes em todas as regiões que articulam ideias para a garantia destes objetivos em comum.

Materiais e métodos

Este trabalho é de cunho bibliográfico e documental, tratando metodologicamente das propostas do MIEIB para a primeira infância, visando compreender quais são as reivindicações da região sul do Brasil por meio da análise de documentos. Buscaremos apresentar por meio de uma aproximação do que foi elencado pelo Movimento e a análise por meio da compreensão do cenário político, nos seguintes documentos: Carta de Porto Alegre – XXIII Encontro Nacional do MIEIB (2008); Carta de Balneário Camboriú – XXV Encontro Nacional do MIEIB (2009); Carta de Santa Maria – V Encontro Regional Sul de Educação Infantil do MIEIB e do VI Encontro Estadual de Educação Infantil do Rio Grande do Sul (2010); Ofício 30/2010 – Carta ao Presidente da UNDIME Nacional (2010); Carta de Castro (2011); Moção de Repúdio – X Encontro Regional Sul do MIEIB (2014); Relatório da Assembleia – X Encontro Regional Sul do MIEIB (2014); Carta de Apoio ao MEC – X Encontro Regional Sul do MIEIB (2014).

Resultados e Discussão

Em relação a apresentação dos resultados, foi dividido a partir das categorias de análise levantadas. Foi feita uma análise de conteúdo das principais informações decorrentes do período do documento inseridas no contexto daquele momento e as quais as políticas são salientadas. Destacamos que todas os documentos estão em consonância aos princípios do MIEIB, destacando que todas as reivindicações têm “[...] o objetivo de fortalecer o movimento em defesa de uma educação infantil pública, gratuita, laica e de qualidade para todos” (MIEIB, 2002, p. 06).

Obrigatoriedade da criança de 04 anos no ensino básico

A questão da obrigatoriedade tratada nas cartas selecionadas do MIEIB/Sul, entram em pauta como assuntos fundamentais desde 2009 com a Carta de Porto Alegre. Logo trazem como pontos a discussão de políticas em que a aprovação da obrigatoriedade da Educação Básica gratuita dos 04 aos 17 anos de idade instruída pela Emenda Constitucional – EC nº59/09. As reivindicações do Movimento estão atreladas aos elementos que fazem a escola acontecer, não um aspecto em particular: matrícula, financiamento, acesso, qualidade da aprendizagem, ampliação da infraestrutura das instituições de educação infância sem prejuízo do acesso de crianças de 0 a 3 anos de idade. Na Carta de Curitiba (2014) ampliam a discussão e enfatiza a importância do monitoramento do processo da obrigatoriedade da pré-escola que deve ser efetivada até 2016 e que não percam as especificidades da educação infantil. Compreendemos que desde a instituição da EC o MIEIB não mede esforços pela garantia de vagas com qualidade pela



obrigatoriedade de 4 anos na escola, sem prejuízo a criança de 0 a 3 anos, e que todas tenham qualidade do ensino por meio de qualificação dos docentes e com recursos adequados, direito a matrícula e financiamento necessário em todos os âmbitos (nutricional, higiene, brincar, aprendizagem e infraestrutura).

Financiamento da educação infantil

Nesta categoria o MIEIB/Sul traz nas cartas analisadas, exceto Moção de Repúdio (2014), Carta de Apoio ao MEC (2014) e Carta de Castro (2011), a temática em posicionamentos por subsídio, aplicação de subsídios, programas, aumento de coeficiente das crianças e garantia de novos recursos. No desenrolar do texto dos documentos, estas reivindicações estão programas específicos até chegar ao fundo destinado ao financiamento de toda a educação básica, hoje na educação dos 4 aos 17 anos, por meio do FUNDEB. Sobre este aumento de valores do coeficiente, o MIEIB destaca dois elementos que podem ser destinados à educação infantil: recursos oriundos do fim da DRU e dos royalties da exploração do pré-sal, presentes nas Carta de Santa Maria (2010) e Carta de Balneário Camboriú (2009), pois são responsáveis por uma grande arrecadação de fundos para o Estado. No Ofício 30/2010 do MIEIB, é evidente esta preocupação em querer saber sobre a ampliação dos recursos financeiros para a educação infantil, enfatizando que a “temática do financiamento é recorrente nos eventos do MIEIB e é apontada pelos gestores como principal entrave para a execução de diretrizes estabelecidas pela EC 59, sem [...] prejuízo para a Educação Infantil na faixa de 0 a 03 anos de idade” (OFÍCIO 30/2010, MIEIB, 2010). Percebemos que o financiamento tem muito o que progredir, principalmente na educação infantil e o MIEIB vem reivindicando novos fundos, pois sem recursos ele é impossível fazer uma escola pública e de qualidade a todas as nossas crianças, ainda mais com a ampliação da faixa etária e a demanda de vagas nas escolas.

Ênfase na Educação Infantil de 0 a 3 anos

Percebemos nitidamente como há preocupações por conta do MIEIB/Sul em relação a educação de 0 a 3 anos, cuja denominamos de educação da primeiríssima infância ao longo das duas primeiras categorias. Esta reivindicação aparece em três cartas apresentadas: Carta de Porto Alegre (2008), Carta de Balneário Camboriú (2009) e Carta de Castro (2011). Para tanto, nesta categoria podemos analisar duas características que levam ao Movimento explicitar este posicionamento ao MEC em ambas as cartas: pedagógicas e de acesso as instituições de educação infantil. Compreendemos que as questões pedagógicas e ao acesso, assim como estão nos documentos, envolvem um conjunto de ações, como formação de professores, financiamento, qualidade, e precisamos assegurar tudo isso na primeiríssima infância, visto que demanda por vagas nas instituições de



educação infantil vez aumentando por meio da EC 59/09, e posicionam-se que não se tenha prejuízo da oferta para crianças de 0 a 3 anos.

Interferência do setor privado na educação

Mesmo o MIEIB/Sul salientando sobre o seu repúdio sobre a ingerência do setor privado/empresarial/religioso/filantrópico, por meio de propostas sobre o funcionamento e sistematização na educação pública, aparecer explicitamente na Moção de Repúdio (2014), é um tema importantíssimo para discussão, visto que as parcerias público e privado atualmente na área da educação estão a cada dia sendo mais atuantes. Ainda, no documento expõem que este tipo de parceria nas escolas é uma inaceitável demissão da função constitucional do Estado pela Educação Nacional. Este item nos faz lembrar sobre as avaliações em larga escala, em que as parcerias público-privado na educação materializam a proposta do terceiro setor, assumindo a lógica do setor privado regida pelos princípios da chamada administração gerencial em sistematização do ensino. O que o MIEIB repudia são estas questões que envolvem: compra de material apostilado, adquirindo sistemas de gestão elaborados por instituições com ou sem fins lucrativos, ampliação as matrículas custeadas por recursos públicos em instituições privadas, além da terceirização de merendas e contratação de funcionários que não integram o quadro do magistério. Portanto, o MIEIB/Sul repudia este tipo de prática que nega as especificidades escola e de uma gestão democrática pautada por Lei e mostra um ponto a ser diariamente pensado na escola.

Conclusões

Percebemos ao longo desta discussão que o MIEIB é um ator fundamental na análise e militância da educação infantil. Compreendemos que os diferentes documentos produzidos apresentam uma dificuldade do desenvolvimento da educação infantil e os direitos da mesma, visto a quantidade de posicionamentos do MIEIB/Sul, sejam eles políticos ou teóricos, querem chegar ao *chão-das-escolas* e efetivar a educação infantil na defesa de uma educação infantil pública, gratuita, laica e de qualidade para todos. São assuntos que dialogam ao longo da análise, pois se inter-relacionam para a concretização da educação infantil, e se, não forem efetivadas, as ações da educação infantil precisam ser melhoradas, como percebemos, visto que o debate faz-se constante em todos os documentos.

Referências

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. São Paulo: UnB – Imprensa Oficial, 2004.

Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB. **Educação Infantil: construindo o presente**. Campo Grande/MS: UFMS, 2002.